

JANEIRO A DEZEMBRO

ISOLADO:1 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE



Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO MEDEIROS JUNIOR / JAVIERA RA GOMES DOS SANTOS
Assinatura digitalizada em: 07/06/2019 às 14h08m05s
Assinatura eletrônica do documento: 67d04a73-1609-4030-a0e0-75f6330d8d1c

Acesse em: https://etce.legis.gov.br/gestao-arquivos/seam/codigodo_documento

QUADRO PRINCIPAL

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		10.064.120,27	9.221.988,66
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	1FC	0,00	176.861,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2FC	0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		10.064.120,27	9.045.786,66
Ingressos Extra-orçamentários		1.277.431,93	1.248.697,33
Transferências Financeiras Recebidas		8.786.688,34	7.797.124,33
DESEMBOLSOS (Incluídos pagto de RP)		9.870.570,35	9.040.377,55
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	3FC	8.595.768,34	7.791.850,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4FC	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2FC	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		1.274.802,01	1.248.527,55
Desembolsos Extra-Orçamentários		1.274.802,01	1.248.527,55
Transferências Financeiras Concedidas		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		193.549,92	181.530,91
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		190.917,18	255.994,31
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		190.917,18	255.994,31
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-190.917,18	-255.994,31
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		99.802,48	174.266,38
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		2.632,74	-74.463,90
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		102.435,22	99.802,48

JOSE ROBERTO BARBOSA MEDEIROS
PRESIDENTE
377.982.434-53

CYNTIA MAYARA GOMES DOS SANTOS

013.544.664-38

CAMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
JANEIRO A DEZEMBRO
ISOLADO:1 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

Exercício de 2017



Documento Assinado Digitalmente por JOSE ROBERTO BARBOSA MEDEIROS, CYNTHIA MAYARA GOMES DOS SANTOS
Acesse em: https://efc.cce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam?Codigo=documento: 67d0473-1669-4039-aea8-28d1f633d084

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINADAS		
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	176.166,00
Outras Receitas Originárias	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
Total das Receitas Derivadas e Originárias	0,00	176.166,00

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	0,00	0,00
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
FUNDEB (Retenções)	0,00	0,00
Outras Deduções de Receita(Renuncia,Rest,Desc)	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas	0,00	0,00

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
LEGISLATIVA	8.595.768,34	7.791.850,30
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	8.595.768,34	7.791.850,30

JOSE ROBERTO BARBOSA MEDEIROS
PRESIDENTE
377.982.434-53

CYNTHIA MAYARA GOMES DOS SANTOS
013.544.664-58

CAMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
JANEIRO A DEZEMBRO
ISOLADO:1 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

Exercício de 2017



Documento Assinado Digitalmente por JOSE ROBERTO BARBOSA MEDEIROS, CYNTHIA MAYARA GOMES DOS SANTOS
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/fpp/validaDoc.seam> Código do documento: 67d04a73-1669-4039-aea8-28d1f633d084

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00

JOSE ROBERTO BARBOSA MEDEIROS
PRESIDENTE
377.982.434-53

CYNTHIA MAYARA GOMES DOS SANTOS
013.544.664-38



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

CASA VICENTE LACERDA DE MENEZES
PERNAMBUCO

NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 13 – DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA DA LEI Nº 4.320/64 MCASP)

INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade:	Câmara Municipal de Camaragibe
CNPJ:	08.260.630/0001-07
Natureza jurídica da entidade:	106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
Principais atividades da entidade:	84.11-6-00 - Administração pública em geral
Domicílio da entidade:	Rua Sr. Domingos Sávio Dias, 258, Centro, CEP: 54.768-010 – Camaragibe/PE
Natureza das operações e principais atividades da entidade:	A Câmara Municipal de Camaragibe possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo Municipal”, sendo sua atividade principal classificada como: “Administração pública em geral”. A execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 686, de 21 de dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2017). Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos Art. 29-A da Constituição Federal 1988. O texto ao artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outras informações: “Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000). I - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito).”.
Dados do Gestor:	Nome: José Roberto Barbosa Medeiros. Cargo: Presidente. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2018.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:	Nome: Cyntia Mayara Gomes dos Santos CRC-PE nº 026241/O-9. E-mail: cyntia_mayara@hotmail.com
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:	A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Camaragibe, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão às NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO BARBOSA MEDEIROS, CYNTIA MAYARA GOMES DOS SANTOS
Acesse em: <https://efc.ce.ice.pe.gov.br/epv/validaDocumento/seamCodigoDoDocumento/67d04d73-1669-4039-aea8-28d1f633d088>


Atendimento a legislação e as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelecem o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP 7ª edição e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, sendo apresentando quadro principal com destaque para as receitas derivadas originárias; quadro de transferências recebidas e concebidas; quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função e quadro de juros e encargos da dívida. A estrutura do demonstrativo está segregada em fluxo de caixa das atividades operacionais (ingressos e desembolsos), fluxo de caixa das atividades de investimentos (ingressos e desembolsos) e fluxos de caixa das atividades de financiamento (ingressos e desembolsos) e a geração líquida de caixa e equivalente de caixa. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Bases de mensuração utilizadas:

A elaboração deste demonstrativo por se tratar de um fluxo de natureza financeira adota o regime de caixa definido no art. 3º da Lei nº 4.320/64, tanto para as receitas como para as despesas.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Fluxo de Caixa. Este demonstrativo está de acordo com as regras estabelecidas na NBCT SP 16.6.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Fluxo de Caixa.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:
Fluxo de Caixas das Atividades Operacionais:

O valor dos ingressos totalizam R\$ 10.064.120,27, enquanto os desembolsos foram de R\$ 9.870.570,35. O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais foi de R\$ 193.549,92 (proveniente da diferença dos ingressos e os desembolsos).

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:

Não houveram ingressos das atividades de Investimentos e os desembolsos foram de R\$ 190.917,18. O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento foi de R\$ - 190.917,18.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:

Não ocorreram movimentações no fluxo de caixa das atividades de financiamento da entidade.

Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa:

O valor do caixa e equivalente de caixa líquido vindo do exercício de 2016 foi de R\$ 99.802,48. Ao final do exercício de 2017 o valor do caixa e equivalente de caixa líquido foi de R\$ 102.435,22. Aumento de R\$ 2.632,74.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:



Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ ROBERTO BARBOSA MEDEIROS, CYNTHIA MAYARA GOMES DOS SANTOS
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epd/validaDoc.seam>
Código do documento: 67/d04a73-1669-4039-aea8-28d1f633d084

Não se aplica a este demonstrativo.

Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Reconhecimento das Retenções:

O ente considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido.

JOSÉ ROBERTO
BARBOSA
MEDEIROS
Presidente

CYNTHIA MAYARA
GOMES DOS
SANTOS
Contadora
CRC/PE N°
026241/O-9